

ESTUDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NA APA DA SERRA DA ESPERANÇA

Carlos Alberto Marçal Gonzaga¹
Sirlei Terezinha Gadomski²
Reinaldo Knorek³
Sérgio Luis Dias Doliveira⁴

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo de caso na área ambiental, sobre as comunidades inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual da Serra da Esperança, no município de Inácio Martins (PR). A pesquisa objetivou verificar a percepção das comunidades locais sobre a implantação da APA e sua contribuição para o desenvolvimento local sustentável nas comunidades rurais do município. A base metodológica utilizada foi a pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. Os procedimentos foram conduzidos por revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável e pesquisa de campo com a utilização de entrevistas semiestruturadas aplicadas às lideranças comunitárias e moradores locais. A conclusão foi de que os atores sociais das comunidades pesquisadas ainda possuem muitas dúvidas sobre a APA e se o desenvolvimento local é sustentável. Carecem de ações sobre educação ambiental e não percebem a relação entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Sustentabilidade; Área de Proteção Ambiental (APA); Comunidades Rurais.

ABSTRACT: This article presents a case study on the environmental area, about the communities within the Environmental Protection Area (EPA) *Serra da Esperança*, located in the county of Inacio Martins (PR). The research aimed to verify the perception of local communities on the implementation of the EPA and its contribution to sustainable local development for rural communities. The methodological basis used was qualitative research of descriptive and exploratory nature. The procedures were conducted by bibliographic review on the main concepts related to sustainable development. Also were conducted field research through semi-structured interviews with community leaders and local residents. The conclusion shows that social actors in the surveyed communities still have many doubts about the EPA and whether local development is sustainable. They lack actions on environmental education and do not perceive the relationship between social, economic and environmental aspects.

Key words: Local Development; Sustainability; Environmental Protection Area (EPA); Rural Communities.

¹ Professor Associado. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Área de Gestão Ambiental e Políticas Públicas. E-mail: gonzaga@unicentro.br

² Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO. Área Administração. E-mail: sirleigr@yahoo.com.br

³ Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, na UNICENTRO. Área de Engenharia de Produção e Gestão Escolar. E-mail: knk125@gmail.com

⁴ Professor Associado. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Área de Inovação e Sustentabilidade. E-mail: sldd@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos surgiram inúmeras designações de desenvolvimento, as quais se apresentam como tentativas de renovação do conceito. Entre essas designações, seis novos conceitos: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; e Desenvolvimento Integrado (AMARO, 2003). A distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico depende da existência ou não de bem-estar e qualidade de vida. O desenvolvimento econômico pressupõe melhorias tanto econômicas quanto sociais. Neste sentido, o desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico acompanhado de distribuição adequada dos recursos disponíveis para melhoria em emprego, saúde, educação, habitação etc. (Vasconcellos; Garcia, 1998; Brito; Nascimento; Lima, 2011).

Desta maneira, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico ultrapassa a ideia de simples crescimento econômico e atende um processo mais complexo de variáveis estruturais que se estendem nas relações de trabalho, bem como nas relações políticas e sociais. O desenvolvimento implica em mudanças que reduzam as vulnerabilidades sociais (SCHNEIDER E FREITAS, 2013). Quanto ao conceito de desenvolvimento Sustentável, há um consenso em relação ao *triple bottom line*, de que é necessário considerar as variáveis sociais, econômicas e ambientais, conforme adotada mundialmente, a partir do Relatório Brundtland (UN, 1987): “[...] o atendimento das necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.

Seu surgimento é decorrente do nível de agravamento dos efeitos negativos que o processo de desenvolvimento, pautado unicamente na atenção ao ciclo econômico, vinha provocando sobre as condições sociais e ambientais no planeta terra. Tornara-se evidente a necessidade de haver um redirecionamento nos modelos de organização social e uso dos recursos naturais. Superar a pobreza e a fome evidenciou-se associado à prevenção das irreversibilidades ecológicas. Esse conceito estabelece, entre outros fatores, a harmonização de interesses concorrentes e a noção de justiça intergeracional. Ao indicar a atenção à disponibilidade dos recursos no futuro, introduz o princípio de precaução em relação às decisões presentes.

O desenvolvimento local se refere às estratégias e ações executadas para suprir e manter as condições de produção econômica e reprodução social num determinado

território (VITTE, 2006). A ideia de local pode ser entendida como um município, parte de um município, ou mesmo uma região. Conforme Ávila (2000), o desenvolvimento local é expressão das competências comunitárias de agenciar e gerir suas próprias condições de vida. O desenvolvimento no local resulta de intervenção de agentes externos visando promover sua visão sobre a qualidade de vida da comunidade, ainda que possa mobilizar sua participação. Para abordar o desenvolvimento comunitário é importante compreender o conceito de comunidade. Do latim *communitas*, a palavra está associada à ideia de comunhão, compartilhamento. A discussão sobre o conceito de comunidade se apresenta de forma ampla e variada, conforme as bases epistemológicas da abordagem. Entretanto, há uma convergência em referência a uma ideia de todo, que Weber denomina ‘sentimento de nós’. Para Weber (1972, p.25), comunidade se refere “[...] a uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social. (...) repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”.

ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (APA)

Constante no artigo 14, inciso I da Lei N.º 9.985 de 18/07/00, conhecida como lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) compõe o grupo das unidades de conservação de manejo sustentável (BRASIL, 2000). De acordo com o artigo 15 da referida Lei a APA é conceituada como sendo:

Uma área em geral grande, com certa quantidade de ocupação humana, composta por elementos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) as APAs são classificadas como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, o que significa que o uso econômico direto dos recursos naturais é disciplinado, aplicando-se restrições quanto ao tipo de ocupação e uso do solo (BRASIL, 2000).. De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), o Brasil possui 294 Áreas de Proteção Ambiental, sendo 32 federais, 185 estaduais e 77 municipais. O Estado do Paraná possui 12 Áreas de

Proteção Ambiental, sendo 02 federais, 09 estaduais e 01 municipal, conforme quadro a seguir (MMA, 2015).

Quadro 1 - Áreas de Proteção Ambiental do Estado do Paraná

| ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PARANÁ | |
|--|-----------------------|
| Nome | Esfera Administrativa |
| Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba | Federal |
| Área de Proteção Ambiental Ilhas e Várzeas do Rio Paraná | Federal |
| Área de Proteção Ambiental do Iraí | Estadual |
| Área de Proteção Ambiental do Passaúna | Estadual |
| Área de Proteção Ambiental do Pequeno | Estadual |
| Área de Proteção Ambiental do Rio Verde | Estadual |
| Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana | Estadual |
| Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança | Estadual |
| Área de Proteção Ambiental de Guaratuba | Estadual |
| Área de Proteção Ambiental do Piraquara | Estadual |
| Área de Proteção Ambiental Guaraqueçaba | Estadual |
| Área de Proteção Ambiental do Iguaçu | Municipal |

Fonte: Ministério do Meio Ambiente - MMA, (2015).

Área de Proteção Ambiental Estadual da Serra da Esperança, A Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual da Serra da Esperança foi criada em 1992 para proteger a Escarpa Mesozoica no Estado do Paraná e seus remanescentes de floresta ombrófila mista (floresta com araucária), bem como para proteger nascentes e fontes de abastecimento a Municípios das bacias do Rio Iguazu e do Rio Ivaí (PARANÁ, 1992, apud GONZAGA et al, 2011). Diante disso, torna-se extremamente importante a busca por alternativas viáveis de práticas de desenvolvimento comunitário sustentável.

METODOLOGIA

O estudo busca identificar junto as lideranças em 10 (dez) comunidades, as características por meio da investigação de suas práticas cotidianas, formas de organização, agir e pensar. Considerando que o objetivo deste estudo é compreender a percepção dos moradores sobre o desenvolvimento local sustentável a partir da instalação da Área de Proteção Ambiental (APA) se fez necessário investigar o processo de instalação e gestão da referida APA, bem como a presença de conflitos ambientais nas comunidades.

Em função da situação inicialmente exposta e das questões suscitadas, surge a seguinte questão norteadora da pesquisa: “Como a instalação da APA influenciou o desenvolvimento local sustentável das comunidades a partir da percepção dos seus moradores nas comunidades de Inácio Martins?”

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No município de Inácio Martins, sua Lei Orgânica Municipal (LOMIM) nº 01/2004, artigo 156, assim considera o meio ambiente:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao município e a comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o presente e futuras gerações, conforme o contido no artigo 225 da Constituição Federal.

A LOMIM de Inácio Martins está em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Nela são garantidos os direitos ao meio ambiente, no sentido de defender e preservar os recursos naturais de modo ecologicamente e equilibrado, para as todos os munícipes. O município de Inácio Martins é o único com sede dentro da APA da Serra da Esperança. Além de abranger a área urbana do referido município a APA também engloba um total de 16 comunidades, sendo elas (PARANÁ, 1992): Alemáinha; Campina Bonita; Coloninha; Faxinal do Posto; Góes Artigas; Justus; Papagaios; Pinheira; Quarteirão dos Stresser; Queimadas; Rio Pequeno; São Miguel; Sobradinho; Três Antas; Vila Rural; e Assentamento José Dias. Além disto, há no município outra área de preservação ambiental, a Reserva Indígena Rio D’ Areia, da etnia Guarani, com área de 950 hectares. Aproximadamente 50% das famílias que estão no interior da APA pertencem aos municípios de Guarapuava e Inácio Martins. Segundo estimativas dos próprios moradores, Inácio Martins tinha 661 famílias, 2.244 moradores na APA, o que representa 24,2% dos residentes (famílias/moradores) (IAP, 2009). Entretanto, segundo Gonzaga *et al* (2011) “se considerarmos os habitantes da sede do município de Inácio Martins, mais de 70% do total de moradores do município residem dentro da APA e seu entorno imediato”.

RESULTADOS QUANTO ÀS PRÁTICAS COTIDIANAS

Com exceção da comunidade “Assentamento José Dias”, que se formou por meio de invasão do território pelo Movimento dos Sem Terra, todas as demais comunidades se formaram tradicionalmente. Umas a partir dos primeiros imigrantes que se instalaram na região, outras a partir das passagens de tropeiros pela região. A partir das respostas obtidas, verificou-se que todos os participantes demonstraram forte sentimento de pertença, inclusive apresentando as principais razões para esse sentimento, conforme discorrem claramente os entrevistados: “Eu nasci e me criei aqui. Daqui eu não saio, só saio pro cemitério. Porque a gente pega amor no lugar né” (Ent. 10). “Eu me senti muito bem, eu nasci e me criei aqui. [...] e eu me sinto responsável também né, pela comunidade” (Ent. 08). Fatores como tranquilidade, ajuda mútua e ausência de violência foram bastante lembrados pelos moradores participantes da pesquisa. Ademais, foi possível perceber que as características das comunidades e dos próprios moradores, tais como, a hospitalidade e facilidade de relacionamentos são importantes elementos para a definição e manutenção desse sentimento: “Eu moro aqui já faz mais de 30 anos, me sinto muito feliz... é como se tivesse nascido aqui” (Ent. 07). Dentre as dez comunidades pesquisadas sete tiveram a escola rural desativada pelo poder público, por meio do processo de nucleação escolar. Essas comunidades que não tem mais escola rural são atendidas pela prefeitura municipal com transporte escolar até as escolas da sede do município ou das comunidades vizinhas que dispõe deste serviço.

Aí que tá... nós não temos mais escola... já faz tempo. Os alunos tem que ir estudar lá nos Papagaio. E é longe o trecho... pra chegar na hora da aula lá... os primeiros tem que pegar o ônibus as 10 hora da manhã e quando chegam de volta na casa já é sete e meia da noite... porque é bastante vortuada que tem que fazer pra pegar tudo os alunos né (ENT. 07).

Já não temos mais a escola... as crianças tem que ir estudar lá na escola do Papagaios... já sofrem... é longe né (ENT. 08).

A escola aqui não tem mais, os alunos vão estudar no Góes... [...] por sorte é pertinho né, pras crianças... dá só 7 km até ali no Góes né, depois eles vão estudar no Papagaios né, que já fica um pouco mais longe... mas é assim né, que fazer? (ENT. 09).

Há relatos também a respeito de posto de saúde que está disponível na comunidade, mas fechou para ser reformado e ainda não reabriu para os devidos atendimentos dos moradores.

Pois olha... uma coisa que eu acho estranho é isso aí do posto de saúde... está fechado... e fizeram reforma faz pouco tempo... ficou tudo bonitinho lá, mas não abriram ainda pra atender nós aqui... diz que falta uma liberação não sei de quem... outro disse que falta gente pra vim trabalhar aqui, não

sei... mas enquanto isso... nós ficamos sem atendimento médico aqui né (ENT 08).

Nas comunidades pesquisadas foi possível perceber que as atividades voltadas ao lazer e à interação são desenvolvidas a partir de iniciativas dos próprios moradores. Em algumas comunidades são encontradas propriedades particulares que oferecem opções de lazer, como futebol, pesque e pague e treino de laço.

E sobre o lazer nós temos aqui o meu campo de suíço, tem a pista de laço aqui do lado, na chácara do vizinho... pesca... tem pesque e pague, uma porção de tanque de peixe, aí o que mais que tem de lazer, daí tem também que faz parte do Rio Pequeno né, que é a ASMIM né, a Associação dos Servidores Municipais de Inácio Martins, que tem um campo de suíço, tem piscina e tal, mas é só para os servidores públicos. (ENT. 03).

E de lazer, tem aí nas sexta-feira que o pessoal pode ir ali na quadra do colégio pra jogar né... enche de gente, vem gente das outras comunidade né... mas é só na sexta né... e tem o campo de futebol que o pessoal usa também... tem os tanque de peixe que o pessoal vai pescar também... mas é só (ENT. 14).

A respeito da segurança, foram obtidos relatos com problema de roubo e assalto ocorridos recentemente em duas comunidades. Estes fatos, a princípio, provocaram um sentimento de insegurança entre os moradores, conforme apontam os entrevistados.

Estamos com medo aqui... outro dia ainda teve um assalto aqui na comunidade, roubaram a mercearia que tem aqui na comunidade... entraram lá com revólver...e queriam levar dinheiro e tudo, ameaçaram eles lá....assustaram até as criança.. Então tá feio aqui pra nós... não temo nem a ronda da polícia... eles só vem quando nós chamamos... mas daí não adianta né (ENT. 07).

Entretanto, em sua maioria, os moradores descreveram as comunidades como tranquilas e seguras, conforme indica o Ent. 03 “é muito tranquilo morar aqui, não temos problemas”. As principais atividades desenvolvidas pelas comunidades pesquisadas, para a geração de renda dos moradores, são a produção de carvão e cultivo de erva mate. Outras atividades, como cultivo de legumes, verduras e tubérculos (repolho, couve, alface, tomate, abóbora, batata doce, mandioca) e criação de animais (frangos, porcos, carneiros) são exclusivamente para subsistência, conforme relatos dos participantes.

Eu tenho erva mate aqui, que dá pra fazer um dinheirinho, tem gente que lida um pouco com carvão, [...] mas todo mundo tem uns porquinho pra consumo né (Ent. 04).

Plantio de *pinus* e eucalipto. [...] e a erva mate né, lavoura é mais pra subsistência né, e o pessoal trabalha bastante com a produção de carvão vegetal... e alguns animais também mas mais pra subsistência (Ent. 05). Além do carvão e da erva que é o que ajuda mais, nós temos também um pouco de leite né... [...] porque lidamos também com a criação de gado né (Ent. 08).

Dentre as dez comunidades pesquisadas somente três desenvolvem atividades que auxiliam na renda familiar. Duas através da agricultura familiar, onde produzem e vendem em feiras agroecológicas na própria comunidade e/ou entregam para a prefeitura municipal através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e uma através de uma padaria recentemente criada por iniciativa da associação comunitária. Resultados quanto às organizações comunitárias. Dentro do contexto de desenvolvimento local sustentável nas comunidades o sentimento de pertença e a participação comunitária são indispensáveis, pois possibilitam contemplar os elementos culturais, crenças, valores, estilos de vida, bem como a realidade local. O caráter endógeno do desenvolvimento local é um importante facilitador para este processo. Em todas as comunidades pesquisadas encontram-se associações comunitárias formalizadas. Há casos em que duas ou três comunidades se mobilizaram para a formação da associação, tendo em vista a proximidade espacial entre as mesmas, como demonstrado a seguir:

Quadro 2 - Organizações comunitárias

| Comunidades | Associações comunitárias |
|-----------------------------------|---|
| Assentamento José Dias | ACOPAC – Associação Coletiva de Produção Agropecuária Camponesa ARN – Associação Campesina de Assentados da Reforma Agrária Roseli Nunes |
| Rio Pequeno | ACORRIPE – Associação Comunitária Rural do Rio Pequeno |
| Papagaios Queimadas Sobradinho | ADAMA – Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar Martinense |
| Góes Artigas | ACRMJ - Associação Comunitária Rural Menino Jesus |
| Alemanha | EBENEZER – Associação de Produtores Rurais da comunidade da Colônia Alemanha |
| Quarteirão dos Stresser Coloninha | ACOMURQS – Associação Comunitária Rural de Quarteirão dos Stresser |
| Campina Bonita | ACRCB - Associação Comunitária Rural da Campina Bonita |
| Faxinal do Posto | ACRFP – Associação Comunitária Rural do Faxinal do Posto |

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Destas associações seis já possuem a Declaração de Utilidade Pública, umas das condições para que possam receber subvenção da Prefeitura Municipal, sendo a mais antiga com data do ano 2001 a Associação Menino Jesus da comunidade Góes Artigas e a mais recente a ACOMURQS do Quarteirão dos Stresser que obteve a declaração de utilidade pública em abril de 2015. Importante ressaltar que na Comunidade Assentamento José Dias há duas associações formalizadas e atuantes. Entretanto, mesmo reconhecendo a importância da associação, houve relatos sobre a efetividade das ações realizadas pelas mesmas.

[...] assim, a gente motivou o pessoal pra fundar a associação, ela é importante em alguns aspectos né, até a gente gostaria que fosse bem mais do que isso né, mas enfim, assim, é difícil das pessoas entender o que é o um associativismo né, você ser sócio com alguém significa você compartilhar alguma coisa né, um projeto né, alguma coisa, a gente nunca conseguiu desenvolver projetos assim como associação, de impacto né, projetos grandes, pode ver, nós temos a nossa associação mais ela acaba que cada um tem a sua atividade isolada né, não conseguimos projetos em comum né, não temos nada comunitário aqui né, granja, cozinha, barracão, na época que foi fundada tinha um viveiro que produzia muda, tinha muda de pinus, eucalipto, essas coisa, erva mate e agora não tem mais (ENT. 04). Pois olha, eu acho que a maioria do pessoal acha que associação é só pra conseguir ajuda da prefeitura, conseguir mudar de pinho e muda de erva. É assim que funciona... mas eu acho que tinha que ser mais que isso né (ENT. 08).

Esses apontamentos indicam que há uma evidente e importante preocupação em desenvolver melhor os trabalhos junto às associações, no sentido de ampliar suas possibilidades de realizações e também melhorar a capacitação dos associados. Verificou-se também que alguns moradores ainda não visualizam resultados práticos e desta forma aguardam na expectativa de transformações e melhorias na comunidade.

[...] pra falar a verdade, não vejo muita importância não. Você veja, na verdade você vai ocupar uma máquina uma vez por ano né, porque você veja, nós aqui vamos ser os últimos né... daí já passou do prazo de plantar (ENT. 14).

Pois a partir da associação... facilita um pouco né pra buscar ajuda...vamos dizer, existe um projeto lá mesmo da prefeitura pra que venha uma máquina atender, lógico vão cobrar a hora, mas é metade do valor e tal, pra favorecer um pouco né, só que é só no papel por enquanto né, vamos aguarda e ver se, e tudo é possível né, uma máquina, apoio técnico, tudo é necessário né, porque... pra que desenvolva melhor as coisas (ENT. 11).

Estes relatos demonstram a necessidade de um trabalho de conscientização maior sobre as possibilidades de conquistas e benefícios por meio das associações.

RESULTADOS QUANTO AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DA APA

Buscando compreender como se deu o processo de implantação e gestão da APA nas comunidades pesquisadas, os entrevistados foram indagados sobre tal processo, bem como sobre as orientações e apoio recebidos dos órgãos gestores e as mudanças ocorridas. Foi possível identificar que a participação efetiva da comunidade no processo de elaboração do plano de manejo não ocorreu em sua totalidade. Foram relatadas reuniões realizadas nas comunidades a fim de apresentar o referido plano, mas somente depois do mesmo já estar definido.

Foi complicado... Deus me livre... teve a reunião aqui daí o pessoal... eu lembro que teve bastante gente que tava nervoso com aquilo né, porque uns falavam “ó, não vai poder nem fazer um chiqueiro mais aqui, porque não pode fazer galinheiro, não pode fazer isso, não pode ter vaca, porque as vaca vão na beira da água, e não sei o que”. Só que não sei se tá no papel... se tá isso mesmo, porque eu acho assim, que eles... uma coisa né que eles fizeram... é fazer esse plano dentro de um escritório e joga isso pro pessoal assim né (ENT. 02).

Nada... não perguntaram nada... vieram com aqueles papel e fizeram as reunião ... que nós não podia nem falar nada... tivemos que aceitar né. Foi tudo uma imposição desse negócio aí (ENT. 07).

Conforme as informações coletadas, na percepção dos moradores houve uma imposição do plano de manejo depois da sua elaboração, o que contraria os pressupostos de planejamento participativo deste processo. Em função disso, gerou-se um descontentamento com a implantação e gestão da APA, conforme o relato a seguir.

[...] Eu me lembro que teve aqui uma moça lá, deles, né...e daí ela veio aqui em casa e começou a falar que era bonito aqui... que era um sonho isso... que era um sonho ver tudo essas árvore de pé... coisa e tal... Daí eu falei assim pra ela: “Dona, vamos trocar? A senhora vem aqui viver esse sonho e eu vou viver a vida da senhora... por 3 mês? Um mês... que seja? A senhora topa?” Que nada, ela disfarçou e tudo... daí foi embora e nunca mais voltou. Por isso que eu falo... esse pessoal da APA vive um sonho...eles não sabem o que é viver aqui no meio do mato... com as nossas dificuldades. Daí eles vem com essas história de sonho que dá até raiva (ENT. 08).

A realidade local, representada pela expressão das vontades e interesses da comunidade, bem como das suas dificuldades cotidianas, é um elemento primordial a ser considerado na gestão das Áreas de Proteção Ambiental.

RESULTADOS QUANTO AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A partir dos relatos obtidos nesta pesquisa percebeu-se a existência de conflitos relacionados com insatisfações quanto à assistência para desenvolver atividades de geração de renda e com a falta de acompanhamento dos órgãos gestores depois da instalação da APA.

Eu penso assim né, que teria que ter uma formação, tudo os agricultor, porque se eles não aprender eu acho que através de lei ou multa não vai não vai solucionar o problema... o cara vem aqui e multa e vai embora, amanhã ele ta fazendo a mesmo coisa que ele precisa pra sobreviver né, e ele não vai fazer porque quer destruir a natureza... faz porque precisa. O pequeno né, eu acho que precisa dar condição pra pessoa, vamos dizer, essa condição que eu digo, chegar o recurso vamos dizer, não, tu vai preservar aquela nascente de água, tu vai ganhar tanto por ano pra você preservar, então... porque eu acho que não é justo a pessoa não poder fazer nada naquele terreno e depois a água vai embora vai beneficia um monte de gente né... Mas nada, e daí fica prejudicado né, eu penso assim né, que a pessoa pra preservar tem que ganhar algo por isso (ENT. 01).

A visão do entrevistado aponta como ação necessária a consonância entre a conservação e assistência, ou seja, evoluir para uma postura de orientação e não somente de proibição. Percebe-se também, na mesma fala o entendimento de que os moradores deveriam ser compensados pela preservação dos recursos naturais, conforme lembra outro entrevistado ao ser questionado sobre a existência de conflitos e/ou divergências relacionadas à preservação ambiental nas comunidades.

Eu acho que é normal o pessoal se revoltar... porque as autoridades também tem que estar sensíveis a importância que tem isso aqui, senão não adianta nada, to falando da contra partida, nós já tentamos quantas vezes provar pro governo que ele tem que pagar pela arvore em pé, pra que ela permaneça em pé né, que ela vale muito mais em pé do que depois que cai né, e nenhum governo se toca disso, depois quando falta água lá em São Paulo daí todo mundo: nossa, mas e agora? (ENT. 03).

O plano de manejo enquanto instrumento de planejamento, por meio do qual se procura estabelecer as normas e ações de uso do solo e dos recursos naturais na área, deveria ser amplamente divulgado. O sucesso da APA depende da compreensão entre todos os interessados, para facilitar as ações e atividades voltadas ao desenvolvimento local

sustentável. A falta de acompanhamento e assistência às comunidades gerou certo descrédito quanto aos órgãos responsáveis, como aponta o seguinte relato:

Se você fala com um produtor simples, com um agricultor aqui da comunidade, ou outro qualquer sobre essa questão da APA, ele vai dizer assim: “A APA pra mim tanto faz, eu não ganho nada com APA”. Na verdade não ganhou mesmo né, e pra ele tanto faz né, se existir a APA ou não existir, não ta fazendo diferença nenhuma pra ele, porque os governo também não, ah tá, pagaram pra fazer o plano de manejo. Tudo bem, a Mater Natura veio ai e fez o plano de manejo mas e daí... diz que tão plantando soja transgênica aqui numa comunidade, não pode planta mais quem é que tá fiscalizando isso né, cadê o governo pra impedir que aconteça, por isso que eu falei, ta no mesmo, desde que foi implantado (ENT. 03).

Outro elemento citado pelos participantes da pesquisa diz respeito ao ICMS ecológico, receita que visa compensar os municípios pelas restrições ao uso do solo nas Unidades de Conservação:

Tem o ICMS ecológico né, que é um recurso que é um algo a mais que vem pro município e aplicação em ações voltadas para o meio ambiente, em função de ter a APA aqui, mas na cabeça dos prefeito que passaram isso não, Deus o livre aplica isso ai na atividade do meio ambiente, como que eu vou fazer com a saúde, com a educação, mas eles esquecem que esse dinheiro não é pra saúde e pra educação, o dinheiro pra saúde e educação é outro, nós temos o orçamento de 30 milhões por ano aqui no município, era pra ser 28, nós só temos 30 milhões porque 2 milhões é pra APA, só que esses 2 milhões não são aplicados nisso... e ainda não é suficiente, mas ele poderia se desenvolver, projeto de... por exemplo: vamos beneficiar 100 famílias de agricultores dentro da APA com fomento à produção de erva mate, ou alguma coisa assim, ou fechar todas as nascentes como a Mater Natura fez no Rio Pequeno, fechar todas as beiras dos rios lá na bacia do outro rio, lá do Rio Azul, exemplo também é dentro da APA, ou o Rio Banhado Grande e sei lá, outro rio que seria coisa importante né, mas não tem não temos nenhum programa municipal que esteja utilizando recurso do ICMS ecológico pra beneficiar alguém, então esse dinheiro vai pelo ralo (ENT. 03).

A não aplicação dos recursos do ICMS ecológico é entendida pelos moradores como um descaso com as suas comunidades. De acordo com os relatos obtidos, após os questionamentos sobre o assunto nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, os líderes comunitários foram informados que as ações desenvolvidas são realizadas por meio da manutenção das pontes e estradas rurais.

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL (DLS)

A partir da ótica interdisciplinar das práticas de desenvolvimento sustentável, e considerando a necessidade de adequar tais práticas à realidade local, se faz necessário investigar, primeiramente, a percepção do termo “desenvolvimento” nas comunidades objeto de estudo, para então, buscar compreender a percepção dos moradores sobre as limitações e potencialidades de desenvolvimento local sustentável. Neste contexto, quando indagados sobre o termo desenvolvimento, os participantes da pesquisa enfatizaram questões como ‘crescimento’ e ‘melhoria de vida’:

Bom, o desenvolvimento é... eu acho assim, a comunidade estar num nível que ela cresça né, o crescimento da comunidade desenvolvendo na parte econômica quanto tudo né, eu acho assim né, tem que desenvolver todos os setores né (ENT. 01).

Eu acho que... a gente se desenvolver é aquele negócio de ir crescendo né... melhorando de vida... pensando no futuro... acho que é isso... de verdade, acho que é isso (ENT. 04).

Eu acho que isso aí de desenvolvimento é a gente poder ganhar mais né... pra poder daí se desenvolver né, porque tem que ter dinheiro pra poder aplicar né (ENT. 08).

Percebe-se, na fala dos entrevistados, que o termo desenvolvimento está associado principalmente à dimensão econômica através da visão de que primeiramente deve haver melhoria nos rendimentos da família para depois poder desenvolver, no sentido amplo da palavra. Entretanto, foram obtidos relatos que demonstram uma percepção mais ampliada sobre o termo.

LIMITAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PARA AS COMUNIDADES

Às comunidades que colaboraram com este estudo, foram impostas restrições de uso e ocupação do solo com a instalação da APA. Tais restrições, por si só, limitam ações ou atividades econômicas que possam contribuir para o desenvolvimento das mesmas. Por essa razão, tal fato pressupõe o compromisso dos órgãos gestores com a promoção de estímulos e/ou incentivos junto a essas comunidades, para que consigam superar obstáculos e dificuldades que lhes foram impostas.

A nossa dificuldade aqui é que não temos muita opção para gerar renda... pras famílias né... porque se a gente quer comprar um carro, usado que seja, precisa de ter dinheiro, e o que nós ganhamos aqui só dá pra manter a comida, os alimentos da família, as despesas do mês, as contas né... Se nós tivesse mais opção pra trabalhar, podia dar mais conforto pra família, né...

porque sempre tem um chuveiro que estraga, uma geladeira, isso é complicado (ENT. 02).

Na verdade... eu acho que a nossa dificuldade aqui é mesmo a falta de recursos... assim de ... de ter outras coisa pra fazer... porque nós aqui temos que se vira com o que temos... não temos apoio dos político... e tinha que ter né (ENT. 08).

A nossa dificuldade aqui é a falta de apoio mesmo... porque não temo mais opção de emprego. Eu acho que precisavam trazer umas maneira de nós trabalhar e ganhar dinheiro...porque você veja...a crise ta rondando aqui...daqui a pouco vamos ter que faze entra dinheiro né... e vamos tirar de onde? (ENT. 11).

Pode-se dizer que o maior descontentamento dos moradores das comunidades pesquisadas advém da falta de orientações sobre a correta utilização de seus recursos naturais

POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO NAS COMUNIDADES

Procurou-se observar e coletar informações sobre as particularidades de cada comunidade que pudessem apontar possíveis potencialidades de desenvolvimento. A partir dos relatos obtidos, percebeu-se que a maioria dos atores sociais participantes da pesquisa apresenta dificuldade de percepção sobre elementos turísticos ou histórico culturais. Foram relatadas críticas quanto a falta de investimento da gestão municipal em explorar turisticamente a principal característica do município, o de ser o mais alto do estado do Paraná. Segundo os participantes da pesquisa, se a sede do município não atrai pessoas e não tem estrutura para receber e acomodar visitantes, não há como pensar em potencialidades turísticas nas comunidades rurais. Como que nós vamos pensar em desenvolver a comunidade se o próprio município não consegue aproveitar o fato de ser o mais alto do Paraná? Poderiam já ter feito isso, mas não. A gente escuta por aí que nem médicos querem vir trabalhar aqui porque não tem nada na cidade... é sempre a mesma coisa (ENT. 12).

Não tem jeito não... enquanto o município não oferecer condições de desenvolver o turismo, ou outras coisas, nós não podemos fazer nada... nós aqui não temos condições (ENT. 20).

Além disso, foi possível perceber muita descrença nas potencialidades de desenvolvimento local sustentável. Cada comunidade tem suas características próprias, que poderiam ser estudadas, até mesmo pelas associações comunitárias, mas em função da falta de apoio e orientações não conseguem desenvolver uma visão mais ampla da sua realidade e de suas possibilidades.

Agora essa eu não sei te dizer...(risos), mas acho que se nós tivesse ajuda dos políticos... do poder público né... seria mais fácil de encontrar solução pra isso. A gente sempre está pensando em como melhorar cada dia... mas a gente não sabe se dá certo (ENT. 02).

Nosso terreno aqui é mais de 50% de mata nativa. Não tem outra coisa que nós pudesse utilizar pra desenvolver de outro jeito (ENT. 07).

Pois olha... só se fosse alguma coisa bem diferente... né... porque só temo esse matão aí com a erva mate nativa né... Só se viessem ensinar nós aqui a trabalhar de outro jeito (ENT. 08).

Elementos histórico-culturais que podem ser tratados como potencialidade turísticas foram identificados em uma das comunidades. Em função dos fundamentos históricos da colonização do município, descendentes da primeira família a se instalar em Inácio Martins conservam vários objetos que contam a história de seus antepassados e da própria comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se compreender e analisar sobre como a instalação da APA da Serra da Esperança afetou o desenvolvimento sustentável das comunidades do município de Inácio Martins (PR), a partir da percepção dos seus habitantes. A identificação das práticas cotidianas dos moradores, bem como da infraestrutura das comunidades pesquisadas, permitiu observar que características como integração afetiva, ajuda mútua, sentimento coletivo e solidariedade predominam entre os moradores. Tal sentimento coletivo foi fortemente demonstrado durante os relatos obtidos, inclusive quando se referiam aos problemas comuns entre as comunidades do município inseridas na APA. Quanto à participação comunitária, foi possível verificar que as associações organizadas carecem de lideranças que acreditem em suas capacidades para o envolvimento na tomada de decisões e na força da representatividade que detém. Em função de ainda não terem conseguido atingir resultados mais concretos e consideráveis, os próprios associados parecem crer que as associações só foram formalizadas objetivando meios para receber a subvenção social prestada pela prefeitura.

A busca pelo desenvolvimento sustentável, pautado em bases comunitárias, deve estar fundamentada nas realidades locais, de maneira que possa, de fato, atender as expectativas de renda e garantir efetivamente a qualidade de vida dos moradores. Em função das restrições de uso do solo, as comunidades pesquisadas, necessitam de apoio e assistência para que possam desabrochar em suas capacidades. Neste sentido, o papel dos agentes exógenos é fundamental, pois o atendimento a essa premissa pode ser facilitada por meio do conhecimento e das habilidades técnicas disponibilizadas pelos órgãos gestores da UC, o que ainda não ocorreu. Também seria adequado que houve iniciativa governamental para a implantação de mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA) na região.

A concepção de desenvolvimento sustentável expressada pelos participantes da pesquisa mostra uma perspectiva de sanar suas necessidades imediatas, contrariando os pressupostos de preservação e conservação para o futuro. Entretanto, esta pesquisa demonstrou que, mesmo com dificuldades e limitações, as comunidades conseguem conservar e preservar seus recursos naturais, por meio de hábitos e costumes adquiridos ao longo dos anos. Potencialidades de desenvolvimento local foram identificadas e podem ser maximizadas, tais como agricultura familiar, turismo rural, religioso, histórico e cultural. As potencialidades precisam ser discutidas, localmente, com participação das associações comunitárias. Mas, para ter sucesso, qualquer alternativa precisa atender a necessidades básicas de gerar renda, alimentar esperanças e melhorar a qualidade de vida nas comunidades localizadas dentro da APA. Precisa, principalmente, de fundos de fomento para que se realizem os investimentos infraestruturais necessários, tanto para preservar, quanto para acessar os recursos sustentavelmente. Pois sem orçamento, qualquer plano é só uma utopia.

REFERÊNCIAS

AMARO, R. R. Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 4, p. 35-70, 2003.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 1, n. 1, p. 63-76, 2000.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, 19/07/. 2000.

BRITO, M. A.; NASCIMENTO, J. S.; LIMA, J. E. Diferenciais de desenvolvimento econômico entre os municípios brasileiros: uma análise sob o prisma da regressão quantílica. *Anais do Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA CODE*, 2011

GONZAGA, C. A. M. et al. Renda da Terra em uma Área de Proteção Ambiental no Paraná. In: *Anais do VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão*. Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, G. B.; Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, v.5, n.2, p.37-48, 2002.

PARANÁ. Lei Estadual nº. 9905, de 27 de janeiro de 1992. Cria área de proteção ambiental - APA, na Serra Geral, conhecida como Serra da Esperança, no Estado do Paraná e adota outras providências. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, n. 3689. Curitiba, 27/01/1992.

SCHNEIDER, S.; FREITAS, T. D. Qualidade de vida, diversificação e desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural. *Olhares Sociais*, v. 02, n. 01, p.121-142, 2013.

UN (United Nations). Report of the World Commission on Environment and Development: Our common future (The Brundtland Report). New York: UN, 1987.

VITTE, C. C. S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 8, n. 13, p. 77-87, 2006.

VASCONCELOS, M. A; **GARCIA**, M. E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília: UNB, 1972.